

A TRANSNACIONALIZAÇÃO, O PROCESSO DE BOLONHA E O ESPÍRITO GLOBAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Maria Helena Candelori Vidal¹

Doutoranda em Educação
Universidade Federal de Uberlândia –MG
candelorimh@gmail.com

Robson Luiz de França²

Doutor em Educação
Universidade Federal de Uberlândia –MG
rlfranca@ufu.br

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a Educação Superior Brasileira e Portuguesa, a partir do Processo de Bolonha. Caracterizamos como uma pesquisa documental, de caráter analítico-crítico, de natureza descritiva. Utilizamos em nosso estudo, leis, pareceres e documentos do Ensino Superior relacionados aos dois países. Como resultado, observamos que a Declaração de Bolonha (1999), apela à urgência das exigências da competitividade internacional do ensino superior. Tem sido considerada como “a chave” para promover a mobilidade, empregabilidade, compatibilidade e comparabilidade, com o objetivo de combater a predominância de universidades estatais e autonomia dos docentes; a pouca integração das universidades com empresas e sociedade; o baixo financiamento de natureza privada; a rigidez estrutural; sérios problemas de eficácia e eficiência acadêmicas. Em Portugal, em 2006 a 2007, foram operados cortes governamentais no orçamento da educação superior da ordem dos 15% conjugado à diferentes medidas de racionalização.

¹ Atualmente, é doutoranda no Curso de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia-MG; É professora adjunta da Universidade Presidente Antônio Carlos-UNIPAC Uberlândia -MG, no Curso de Licenciatura em Educação Física; É coordenadora de Curso e ministra aulas nas disciplinas de Didática e Pesquisa. Faz parte do Núcleo interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Atividade Física e Saúde -NIAFS, da Faculdade de Educação Física - Universidade Federal de Uberlândia/MG, na qualidade de professora cedida pela Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia, onde trabalha com a pessoa com deficiência e grupos especiais e desenvolve pesquisas nas áreas de Educação, Educação Especial e Educação Física com ênfase em Políticas Públicas Educacionais.

² Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Belo Horizonte (1990), Especialização em Tecnologias para Educação a Distância, mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (1997). Possui doutorado em Educação na Linha de Políticas Públicas pela Universidade Julio Mesquita Filho - UNESP/Araraquara. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e atua do Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Pesquisa em Política e Gestão da Educação. É membro do Grupo de Pesquisa em História, Trabalho e Educação e Participa como Pesquisador do Grupo do Centro de Investigação da Europa - CIE da Universidade da Madeira - Funchal em Portugal desenvolve pesquisa sobre Currículo e formação profissional, Trabalho e educação, cidadania e precarização do trabalho.

Outra ação é a proposta da “Universidade Nova”, identificada como uma universidade aberta ao mundo e interveniente nos grandes desafios do Século XXI. Em se tratando especificamente do Brasil, nota-se que as reformas são bastante influenciadas pelo fundamento de política externa, isto é, por modelos estrangeiros, relatórios teóricos e recomendações transnacionais. Prova disso, é o Acordo de cooperação Brasil - União Européia (1992) identificado como instrumento de transição para futuras associações regionais nas áreas: econômica, científica, técnica e financeira (Decreto 1721, 28/11/95). Em 2007, iniciou-se a proposta de implantação da “Universidade Nova” em terras brasileiras. Entendemos que esse reordenamento, desconsidera as características das universidades, face às suas especificidades de ordem política, religiosa, cultural, econômica, das quais resultaram os distintos modelos clássicos de universidades. E, diante desse cenário, faz-se necessário a reflexão no sentido de se tomar o devido cuidado para que os sistemas de ensino público superior não sejam destruídos pela competição estrangeira e a Universidade não perca seu caráter de instituição autônoma e que os objetivos de políticas nacionais de educação não sejam colocadas em segundo plano.

Palavras Chave: Processo de Bolonha, Transnacionalização, Qualidade do Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como temática o Processo de Bolonha e o espírito global da Educação Transnacional entre Brasil e Portugal. Tem como objetivo analisar a Educação Superior Brasileira e Portuguesa, a partir do Processo de Bolonha, entendido como uma política educacional supranacional e a sua influência sobre a chamada “Universidade Nova” que, por sua vez, propõe uma transformação na arquitetura curricular e acadêmica da educação superior.

Na sociedade contemporânea, novos conceitos, valores, saberes e relações se estabelecem e começam a emergir a partir da presença do fenômeno da “quebra de fronteiras”, que tem em sua essência, uma nova razão que, em princípio, é incompatível com o atual sistema educacional que permanece fechado, linear, e também bastante questionado, em praticamente todos os países do mundo.

Assim, a circulação das idéias e da cultura universitária, a internacionalização, regulação e a competitividade, coadunam com as idéias de integração econômica e unificação política que se inicia a partir da segunda metade do Século XX, com a assinatura do Processo de Roma (1957), com a criação da então designada Comunidade Econômica Européia (CEE), passando pelo Processo de *Maastricht* (1992), com a emergência da União Européia (EU), que a partir da década de 1980, adota princípios políticos semelhantes no que concerne às reformas do Estado e administração pública. Tais

definições se justapõem aos efeitos da globalização em termos econômicos, sociais, culturais e à ação de importantes instâncias transnacionais, como a UNESCO, a OCDE, o BM etc.

A própria UE, embora não comprometida, do ponto de vista formal, com uma política educativa comum, tem-se revelado um ator cada vez mais relevante, podendo com propriedade falar-se de um “fenômeno de deslocação do processo de formação das políticas para a educação em direção ao nível supranacional” (ANTUNES, 2006a, p. 65; DIAS SOBRINHO, 2005, p. 169-195).

Adotando programas de cooperação e de financiamento, produzindo relatórios, livros brancos³ (**Referencia nossa**) e outros textos de natureza político-normativa, decidindo frequentemente através da nova metodologia da “adesão voluntária” dos governos nacionais a políticas comuns ou, noutros casos, podendo vir a admitir processos de *opting-out* (ficar-de-fora, ainda que transitoriamente), estabelecendo metas e objetivos a atingir, avaliações intermediárias e recomendações vigorosas, a UE vêm-se revelando um autêntico *locus* supranacional de definição de políticas educacionais de caráter transnacional, com particular destaque, atualmente, para a educação superior, com vista à construção de um “espaço europeu de educação superior”. (AZEVEDO, 2007, p.03)

Em 1998, em Paris, os ministros da educação da Alemanha, França, Itália e Reino Unido assinaram uma declaração conjunta onde a intenção é de promover a construção de um “espaço europeu de educação superior” (cf. Declaração da Sorbonne, 1998). No ano seguinte, os ministros de vinte e nove Estados europeus, incluindo Portugal, subscreveram a chamada Declaração de Bolonha (1999), onde assumem como objetivos o estabelecimento, até 2010, de um espaço europeu de educação superior coerente, compatível, competitivo e atrativo para estudantes europeus e de países em desenvolvimento.

A construção do referido sistema europeu de educação superior é considerada “a chave para promover a mobilidade e a empregabilidade dos cidadãos” e para a “obtenção de maior compatibilidade e de maior comparabilidade”. Embora se recuse a idéia de simples homogeneização ou padronização, eventualmente menos aceitável diante da grande diversidade da educação superior dos países aderentes, insiste-se na harmonização e necessidade da coordenação de políticas, na promoção da dimensão europeia dos

³ Trata-se de documentos publicados pela Comissão Europeia que contêm propostas de ação comunitária em domínios específicos. Surgem, por vezes, na sequência de Livros Verdes. Expõe uma abordagem de desenvolvimento de serviços de qualidade, crescimento, competitividade e emprego ou ainda sobre a aproximação das legislações dos Estados associados da Europa Central e Oriental nos domínios relacionados com o mercado interno, favorecendo o acesso de todos os cidadãos e empresas a serviços de interesse geral de qualidade a preços acessíveis.

currículos, na cooperação internacional, na mobilidade e intercâmbio, bem como, na cooperação no “setor da avaliação da qualidade, desenvolvendo critérios e metodologias passíveis de comparação” (cf. Declaração de Bolonha, 1999).

Os princípios destacados e as respectivas linhas de ação - sistema de graus legível e comparável, sistema de ciclos de estudos, sistema de créditos comum, mobilidade, cooperação na avaliação, dimensão europeia - revelam-se absolutamente indispensáveis não apenas face à idéia de convergência e de sistema europeu, mas também face aos mais centrais objetivos políticos: “promover o sistema europeu de educação superior em todo o mundo”, tornando-o fortemente competitivo, sobretudo, aos Estados Unidos da América (EUA), designadamente pela atração de estudantes de outros continentes, por exemplo, o asiático.

O texto da Declaração de Bolonha assume com clareza a idéia da centralidade da Europa no fornecimento de serviços educativos.

“Em especial, deve-se ter em conta o objetivo de elevar a competitividade internacional do sistema europeu de educação superior. A vitalidade e a eficiência de qualquer civilização podem medir-se pela atração que a sua cultura exerce sobre os outros países. Precisamos assegurar que o sistema europeu de educação superior consiga adquirir um grau de atração mundial semelhante ao das nossas extraordinárias tradição cultural e científica” (cf. DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999).

Complementando o Processo de Bolonha, os Comunicados de Praga (2001), Berlim (2003), Bergen (2005) e Londres (2007), acrescentam ações relativas à promoção da atratividade, empregabilidade, treinamento e qualificação; o sistema europeu de créditos (*ECTS – European Credit Transfer and Accumulation System*), Suplemento ao Diploma (escrito numa língua estrangeira de grande circulação onde se descreve o programa de estudos), sinergias entre o “espaço europeu de educação superior” e o “espaço europeu de investigação”.

Propõe a Associação Europeia para a Garantia da Qualidade da Educação Superior (ENQA, 2005) quanto às orientações sobre as avaliações promovidas pelas agências nacionais e internacionais e por fim, a necessidade de responder eficazmente aos desafios da globalização (Lima, 2007).

Assim, o Processo de Bolonha, tem-se revelado um processo dinâmico, fortemente liderado e monitorado periodicamente, tendo sido assumido em certos casos como um “musculadíssimo e duríssimo programa de formatação dos cursos e graus” (Antunes, 2006a, p. 69).

Inserindo-nos nesse contexto estabelecemos como objetivo geral analisar a Educação Superior Brasileira e Portuguesa, a partir do Processo de Bolonha, entendido como uma política educacional supranacional e a sua influência sobre a chamada “Universidade Nova” que, por sua vez, propõe uma transformação na arquitetura curricular e acadêmica da educação superior. Mais especificamente pretendemos:

1. Analisar a história da construção do Processo de Bolonha na Europa e sua influência na educação superior portuguesa e brasileira.
2. Analisar as recentes transformações na educação superior no Brasil e Portugal, pelo projeto da chamada “Universidade Nova”
3. Analisar as conseqüências do Processo de Bolonha para a Educação Superior no Portugal e Brasil.

METODOLOGIA

Uma vez situado o nosso objeto de estudo, a relevância de alguns aspectos como a contradição dinâmica do fato observado, a atividade criadora do sujeito que observa, as oposições contraditórias entre o todo e as partes e os vínculos do saber e do agir com a vida social, caracterizamos este estudo como uma pesquisa qualitativa de caráter analítico-crítico, na medida em que se situa no âmbito das políticas públicas como parte de um contexto mais amplo e complexo a partir da lógica que orienta tais políticas e na interdependência entre sujeito e objeto, ou seja, mundo objetivo e subjetividade do sujeito.

Utilizamos em nosso estudo, a pesquisa documental. Dessa forma, nos servimos de leis, pareceres e documentos do Ensino Superior relacionados aos dois países, dos Organismos Internacionais, Folders, catálogos e Internet.

Nossa pesquisa possui características também de análises de natureza descritiva, ou seja, uma análise contextualizada de todo o corpo teórico em pauta e das políticas educacionais apontadas no recorte ao período em estudo, ou seja, a primeira década do século XXI (de 1999 a 2010). Assim sendo, analisamos qualitativamente esses dados e os mesmos nos serviram de suporte ao quadro teórico levantado para a respectiva análise. As etapas de coleta de dados, análise e interpretação ou formulação de hipóteses e verificação, não obedeceram a uma seqüência.

RESULTADOS

É visível, com efeito, uma reforma da educação superior à escala europeia, sem precedentes, em que se destaca, em primeiro lugar, uma grande perda de protagonismo dos estados nacionais, a tal ponto que talvez se possa falar de uma espécie de “desnacionalização” da educação superior:

“tipicamente, a desregulação liquefaz as fronteiras geográfico-políticas e territoriais para maximizar o valor de troca e, portanto, potenciar o poder inscrito na capacidade aquisitiva, capital econômico e cultural e/ou no estatuto individual e coletivo” (ANTUNES, 2006a, p. 69).

A argumentação produzida revela-se compatível com a chamada *Estratégia de Lisboa*, aprovada em 2000 pela UE sob a presidência portuguesa, a qual assume a criação do “espaço econômico mais dinâmico e competitivo do mundo”, baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento econômico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social. Uma criação que, até ao momento, se vem revelando bastante mais difícil de realizar do que aquilo que inicialmente se havia previsto.

E assim, assiste-se, a um complexo processo de redução da autonomia relativa dos estados nacionais, a uma direção supranacional de políticas voltadas para o ensino superior e conseqüentemente, um processo de dupla centralização política com estratégias adaptativas ligadas às condicionantes globais.

O Processo de Bolonha “apela à urgência de enfrentar as exigências da competitividade internacional do sistema do ensino superior” e a Comissão Europeia não faz segredo da assumida “rivalidade euroamericana” no que a educação superior e a “economia do conhecimento” se refere (Portugal, 2004-Parecer do Conselho Nacional de Educação).

É por todas essas razões que entendemos que a educação superior enquanto bem público, assumindo uma dimensão social e de política pública democrática, surge consideravelmente negligenciada no Processo de Bolonha.

Para os que criticam esse modelo (ANTUNES, (2006), CORTESÃO.& STOER (2002), GRUPO DE LISBOA (1994), SGUISSARD (2001), SIQUEIRA (2004), TORRES (2000), LIMA (2007), AZEVEDO (2007), dentre outros) as associações representativas dos estudantes europeus têm-se afirmado como um dos setores mais críticos, observando que as condições dos estudantes raramente têm melhorado, que os entraves financeiros à mobilidade persistem, que a participação estudantil nos processos de avaliação continua muito frágil, que o acesso ao segundo ciclo (mestrado) e ao terceiro ciclo (doutorado) se

encontra bastante dificultado em certos países, até pelo pagamento de taxas elevadíssimas que, segundo a OCDE, se devem progressivamente aproximar dos custos reais por aluno.

No último relatório produzido, intitulado *Bologna with Student Eyes* (ESIB, 2007), os estudantes criticam as lógicas economicista e do *marketing* à escala global na promoção comercial da educação superior, a qual parece surgir como algo atrativo, mas especialmente, para apenas uma pequena parte dos estudantes com capacidade para pagar os seus estudos na Europa.

No caso português, pelo contrário, “a diminuição em termos reais do financiamento do ensino superior a que se tem assistido (...) não poderá deixar de constituir fator de preocupação, em especial porque as reformas de fundo a implementar, que deverão passar por uma reorganização pedagógica profunda, exigem um esforço e investimento inicial muito significativo” (AZEVEDO, 2007, p.45).

Com efeito, no ano letivo 2006-2007 foram operados cortes governamentais no orçamento da educação superior da ordem dos 15%, por efeito conjugado de diferentes medidas. Diversas medidas de racionalização têm sido levadas a cabo, através de lógicas gerencialistas que tendem a tornar ainda mais precários os vínculos laborais dos docentes, na sua grande maioria sem nomeação definitiva.

A redução da duração dos cursos de primeiro ciclo (graduação), em certos casos na ordem de dois anos, parece constituir-se, conforme se temia, como uma boa oportunidade para adotar lógicas de redução de encargos por parte do Estado, e não para reforçar as condições de trabalho nas escolas, designadamente em termos pedagógicos.

Outra ação recorrente em terras portuguesas é a proposta da “Universidade Nova”, realizada pela Universidade de Lisboa, que sugere e apela à constante criatividade e inovação, além de reclamar para si uma juventude que lhe é devida. Nesse modelo, aparece a aplicação dos princípios da Declaração de Bolonha a todos os cursos do 1º e 2º ciclos, bem como uma crescente apresentação de propostas no âmbito do 3º ciclo, e ilustram a capacidade desse modelo se assumir como uma instituição universitária europeia.

A Universidade Nova de Lisboa exige o aprofundamento e o respeito da individualidade própria de cada uma das unidades orgânicas, que adquiriram e consolidaram a sua imagem e prestígio no espaço de liberdade, diversidade e tolerância que tem formatado a cultura da Nova. O seu projeto reclama também um reforço de coesão entre unidades orgânicas, capaz de extrair a maior vantagem possível das sinergias que podem ser geradas e desenvolvidas. A opção clara por uma identidade única mas diversificada, funcionando não só como uma rede de instituições, mas também de projetos, pessoas e recursos, identifica o

projeto como uma universidade aberta ao Mundo e interveniente nos grandes desafios do Século XXI⁴.

Em se tratando especificamente do Brasil, nota-se que as reformas são bastante influenciadas pelo fundamento de política externa, isto é, por modelos estrangeiros, relatórios teóricos e recomendações transnacionais. A reforma universitária de 1968 no Brasil, por exemplo, durante o regime militar, sofreu a influência do modelo departamental da Universidade Norte-Americana. Nos anos 1990, por sua vez, as reformas do Estado e da educação superior tiveram por referencial teórico as recomendações do Banco Mundial.

Já no início do século XXI, qualquer movimento de reforma universitária que se pretende implantar no mundo, entre outras inspirações e referenciais, obriga-se a fazer menção ao Processo de Bolonha, uma vez que, o modelo que ora se afirma contempla:

[...] a educação como um produto de mercado, com a alteração conceitual do termo qualidade x equidade, estabelecimento de critérios gerenciais e eficiência, da produtividade, da flexibilização e descentralização [...] e começam a fazer parte de nosso imaginário social, com um aparato de “verdade absoluta”. (VIDAL, 2006, p.41)

Em 2007, iniciado o segundo mandato do Presidente Lula, o MEC, coincidindo com a tramitação do PL 7200/2006, tem emitido sinais abonadores à proposta de implantação da “Universidade Nova”, que seria uma proposta de uma nova arquitetura da organização curricular-programática dos cursos de graduação que ofereceria a possibilidade de formação básica por grandes áreas do conhecimento. Nessa linha de pensamento, encontra-se a Universidade Federal da Bahia em fase de consolidação, ampliação e aprofundamento do processo de transformação já em curso.

A fim de facilitar o intercâmbio entre os pesquisadores e cientistas, foi firmado em 1992, o Acordo de cooperação Brasil-União Européia, como instrumento de transição para uma futura associação regional nas áreas econômica, científica, técnica e financeira, e promulgado pelo Decreto 1721⁵, de 28/11/95.

Efetivamente, os formuladores da Universidade Nova são reticentes em admitir coincidências com os modelos existentes nos EUA ou na Europa. Entretanto, Azevedo *et al* (2007) afirmam que o modelo da Universidade Nova não é uma negação dos modelos existentes nos EUA ou em implantação na Europa (Processo de Bolonha), mas sim, uma mescla tímida de ambos.

⁴ Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: < <http://www.unl.pt/guia/2009>>. Acesso: 24/09/2009.

⁵ Disponível em: < <http://www2.mre.gov.br/dai/cee.htm>>. Acesso: 24/09/2009.

Entendendo que a instituição de educação superior configura-se como uma instância cultural multissecular e que, atualmente, têm sido objeto de generalização em termos organizacionais, evidenciando importantes elementos invariantes do ponto de vista da gestão, percebemos que ela tem carregado em sua construção histórica inúmeros elementos próprios, de natureza regionais e nacionais que, na maioria das vezes, são suprimidos em favor da generalização tão defendida principalmente, pelos órgãos internacionais.

Esse reordenamento desconsidera as suas características, face às especificidades de ordem política, religiosa, cultural, econômica, das quais resultaram os distintos modelos⁶ clássicos de universidades. A divergência de modelos institucionais, de configurações e de regras organizacionais da educação superior em todos os países é um fato histórico reconhecido. Entretanto, nunca foi apresentado como um problema a resolver. Recentemente, é que começa a se esboçar movimentos dissonantes dessa tal diversidade, resultante de um longo processo de construção histórico-político-cultural.

Com isso, novas configurações têm aparecido em razão das políticas voltadas para a Educação Superior, com o aparecimento dos modelos ditos “emergentes”, como o da Universidade Mundial do BM (ou anglo-saxônico) ou, ainda, o de Bolonha, da União Européia. O modelo de Bolonha, segundo documentos⁷ surge para combater a predominância de universidades estatais e ao tipo de ensino determinado pelos docentes; a pouca integração das universidades com empresas e com a sociedade; o baixo financiamento de natureza privada; os poucos serviços prestados à sociedade; a rigidez estrutural; sérios problemas de eficácia e eficiência acadêmicas, etc. No entendimento de seus defensores, isso fazia com que a educação superior européia perdesse competitividade a nível internacional e diminuísse a sua atratividade para estudantes de outros países. E isso precisava ser revisto, principalmente, em um momento em que a educação superior passa a ser considerada como um bem de natureza comercial.

Assim, acredita-se que o processo político e de reformas institucionais, realizado por cada governo nacional, conduzirá ao estabelecimento efetivo do novo sistema europeu de

⁶ Importa para fins de compreensão fazer a distinção entre modelos clássicos –francês/napoleônico, alemão/humboldtiano, inglês/newmaniano ou americano. Os modelos clássicos têm sido objeto de adaptações, sobretudo o napoleônico – da especialização e profissionalização – e o humboldtiano – do primado da produção do saber e da formação livre, da unidade de pesquisa e do ensino, fazendo surgir o modelo neoprofissional de instituições de ensino superior ou de universidade.

⁷ Declaração de Bolonha http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Declaracao_de_Bolonha.pdf 1999, [28/7/2009].

educação superior até 2010, incluindo atualmente 45 países – todos os da União Europeia e outros 18 países europeus não pertencentes a ela.

E, diante desse cenário, faz-se necessário a reflexão no sentido de se tomar o devido cuidado para que os sistemas de ensino público superior não sejam destruídos pela competição estrangeira e a Universidade não perca seu caráter de instituição autônoma e que os objetivos de políticas nacionais de educação não sejam colocadas em segundo plano.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AFONSO, A. J. **Reforma do Estado e políticas educacionais**: entre a crise do Estado –nação e a emergência da regulação supra-nacional. In Educação e Sociedade. Campinas, n. 75, 2001, p. 15-32.

AHLERT, A. **A Eticidade da Educação: o discurso de uma práxis solidária / universal**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

ALMEIDA FILHO, Naomar. **Universidade Nova**: textos críticos e esperançosos. Brasília: UnB; Salvador: EDUFBA, 2007

_____. **Universidade Nova**: nem Harvard, nem Bolonha. Disponível em http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Artigo_n1 Acesso: 21 ago. 2009.

ANDERSON, Perry. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. **Pós Neo-liberalismo**. São Paulo: Paz e terra, 1995.

ANTUNES, F. **Governança e espaço europeu de educação**: regulação da educação e visões para o projecto “Europa”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 75, p. 63-93, 2006a.

AZEVEDO, M. L. N. ; Lima, Licínio ; CATANI, Afrânio Mendes . **O Processo De Bolonha E Sua Influência Na Educação Superior No Brasil**. In: ANPAE: XXIII Simpósio Brasileiro, V Congresso Luso-Brasileiro, I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2007, Porto Alegre-RS. Por uma Escola de Qualidade para Todos. Niterói e Porto Alegre : ANPAE e UFRGS, 2007. v. 1. p. 1-30.

AZEVEDO, M.L.N. **A integração dos sistemas de educação superior na Europa. De Roma a Bolonha ou da integração económica à integração académica**. In: SILVA JR., J. dos R.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (orgs.). *Reforma Universitária. Dimensões e Perspectivas*. Campinas, SP: Alínea, p. 171-186, 2006.

AZEVEDO, M.L.N.; CATANI, A.M. **Universidade e Neoliberalismo**: o Banco Mundial e a Reforma Univesitária na Argentina (1989-1999). Londrina, PR: Práxis, 2004.

BARROSO, J. O estado e a educação. **A regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local.** In: BARROSO, J. (org.). A Regulação das Políticas Públicas de Educação. Lisboa: Educa, p. 43-70, 2006.

BORGES, Rodolfo. **Inspiração na Europa e nos EUA.** Brasília: UnB-Secon, 30 mar. 2007. Disponível em < <http://www.secom.unb.br/unbagenzia/ag0307-91.htm>>, Acesso em 05 abr. 2007

BORON, Atilio. **Os novos Leviatãs e a pólis democrática:** neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In_SADER, Emir & GENTILI, Pablo. **Pós-Neoliberalismo II. Que estado para qual democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução ao método. Porto, Portugal: Ed. Porto, 1994

BM _____ IN **Relatório no : 24182-** Relatório De Progresso Da Estratégia De Assistência Ao País Para A República Federativa Do Brasil 20 de maio de 2002.

BM _____ IN **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2006,** Washington, 20 de setembro de 2005.

B M _____ **In Avaliação da ajuda o que funciona e o que não e Porque?** (10/11/1998)

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Secretaria do Ensino Superior. **Parecer 977/65.** Brasília: 1965.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Relatório do grupo de trabalho sobre reforma universitária (GTRU).** Brasília: 1968.

BRASIL. Secretaria de Planejamento. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Avaliação e perspectivas - 1982.** Brasília: v.6, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Grupo Técnico de Consultoria. **Roteiro para organização de projetos de novos cursos de mestrado e doutorado.** Brasília: s.d.

BRASIL. Decreto n 6.096, 24 abr. 2007. Institui o **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** *Diário Oficial da União,* Brasília, 25. abr. 2007.

_____. Casa Civil da Presidência da República. Exposição de Motivos. **Projeto de Lei da reforma da educação superior.** Brasília: PL n. 7200/2007, MEC/MF/MT/MCT. 12 jun. 2006.

_____. Ministério da Educação. **Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior.** Documento II. Brasília: 02 ago. 2004. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 15/09/2009.

CARVALHO, Edgard de Assis. **Mal-estar civilizatório e ética da compreensão.** *São Paulo Perspectiva.*, July/Sept. 1999, vol.13, no.3, p.24-28.

CASTRO, André Augusto. **MEC apóia Universidade Nova.** Disponível em <http://www.secom.unb.br/unbagenzia/ag0307-90.htm>. Acesso em 15 Agosto 2009.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo, Ed.Cortez, 1991.

Comunicado de Bergen. *The European Higher Education Area. Achieving the Goals*, http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Bergen_Comunicado.pdf, 2005, [20/9/ 2009].

Comunicado de Berlim. *Realising The European Higher Education Area*, http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Comunicado_de_Berlim.pdf, 2003, [20/9/ 2009].

Comunicado de Londres. *Towards The European Higher Education Area: responding to challenges in a globalised world*, http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Londres_Communique_18May07.pdf, 2007, [20/9/ 2009].

Comunicado de Praga. *Towards The European Higher Education Area*, http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Comunicado_de_Praga.pdf, 2001. [20/9/ 2009].

CORSI, Francisco Luiz. A globalização e a crise do Estados Nacionais. In__ DOWBOR, Ladislau Ianni, Octavio. **Desafios da Globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes,1997.

CORTESÃO, L.& STOER S. R. **Cartografando a Transnacionalização no campo educativo: O Caso Português**. In SANTOS, B. S. A globalização e as ciências sociais. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CUNHA, L. A.; GOES, M. de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

PAOLI, N.J. **Para repensar a universidade e a pós-graduação**. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1985.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

Declaração de Bolonha http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Declaracao_de_Bolonha.pdf 1999, [28/7/2009].

Declaração de Sorbonne, http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Declaracao_da_Sorbonne.pdf 1998 [28/7/2009].

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ENQA. (*Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area*).Helsínquia: European Association for Quality Assurance in Higher Education <http://www.enqa.eu/files/BergenReport210205.pdf>, 2005 28/7/2009].

_____. *Quality Assurance of Higher Education in Portugal*. Helsínquia: European Association for Quality Assurance in Higher Education <http://www.enqa.eu/pubs.lasso> 2006 [28/7/2009].

ESIB. The National Unions of Students in Europe. **Bologna With Student Eyes**. 2007 edition <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/Bolognastudenteyes2007.pdf>

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo :evidências do caso brasileiro**. In_Revista Educação, USP. Vol.24.I,Jan/Jun. 1998

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____ **A produtividade da Escola improdutiva**. 6 ed. São Paul:Cortez, 2001.

GENTILI, Pablo. **A educação analisada sob o foco do contexto econômico**. In:____ Revista Folha Dirigida. Livraria Dirigida, 2002

- GRUPO DE LISBOA. **Limites a competição**. Lisboa: Publicações Europa – América. 1994.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1999.
- _____. **Desafios da globalização**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.
- LAUREL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: In_(orgs). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.
- LIMA, L. C. **O paradigma da educação contábil**. Políticas educativas e perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal. *Revista Brasileira de Educação*, n.º 4, p. 43-59, 1997.
- _____. **Educação ao Longo da Vida**. Entre a Mão Direita e a Mão Esquerda de Miró. São Paulo: Cortez, 2007
- MAGALHÃES, A. **A Identidade do Ensino Superior**. Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.
- MARQUES, Mara A. **Um fino tecido de muitos fios** - mudança social e reforma educacional em Minas Gerais. Tese de Doutorado. UNIMEP, 2000.
- OCDE. *Reviews of National Policies for Education. Tertiary Education in Portugal*, http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/OCDE_124_paginas_pdf , 2006 Acesso: 15 Agosto 2009.
- PIMENTA, C.C. **A Reforma Gerencial do Estado Brasileiro no Contexto das grandes Tendências Mundiais**. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, set / out. 1998, p.173-199.
- PORTUGAL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer sobre a Implementação do Processo de Bolonha** (Parecer n.º 6/2004), http://www.cnedu.pt/files/1176995568_Parecer_2.2004.pdf, 2004 [28/7/2009].
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os processos de globalização**: In: __ GLOBALIZAÇÃO Fatalidade ou Utopia. Porto Ed. Afrontamento, 2001.
- _____. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004
- SGUISSARD, Valdemar. **Rumo à Universidade mundial**. (mimeo)
- SGUISSARD, Valdemar. **O banco mundial e a educação superior**. Revisando posições. Mimeo- (versão preliminar)
- SILVA, Tomaz Tadeu e GENTILI, Pablo. **Escola S.A**. Brasília: CNTE., 1996.
- SIQUEIRA, Angela. **A educação analisada sob o foco do contexto econômico** In: ____ Revista Folha Dirigida. Livraria Dirigida, 2002
- SIQUEIRA, Angela. **Organismos Internacionais, Gastos sociais e Reforma Universitária do Governo Lula** In: ____ Neves, Lúcia M. (ORG) Reforma Universitária do Governo Lula: Reflexões para o debate.. São Paulo, 2004.
- STOER, Stephen. **A Escola Para Todos e a Excelência Acadêmica**. São Paulo Cortez, 2003.

_____ **Desocultando o vôo das andorinhas: Educação inter/multicultural crítica como movimento social.** In STOER, S, CORTEZÃO, L e CORREIA,J.(ORGS). A Transnacionalização da Educação - da crise da educação à “educação” da crise. Porto: Afrontamento, 2001.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais - a pesquisa qualitativa em educação - o positivismo, a fenomenologia, o marxismo.** São Paulo: ed.Atlas, 1994.

TOMMASI, Livia de. **Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação.** in.: _____; WARDE, Mirian Jorge & HADDAD, Sérgio (orgs.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo : Cortez; Ação Educativa; PUC-SP, p. 195-228, 1996.

TORRES, C.A. **Estado, privatização e Política educacional.** In GENTILI,P.(org) Pedagogia da exclusão. Rio de Janeiro: Vozes, 6 ed., 2000.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. Disponível em: <http://www.unl.pt/guia/2009>. Acesso: 24/09/2009.

VIDAL, M.H.C. **Atando nós que constroem redes...** a expansão da rede Pitágoras no contexto da transnacionalização da educação. Dissertação (Mestrado em Educação). UFU: Uberlândia, 2006.